

O IMPACTO DA MINUSTAH NAS RELAÇÕES CÍVICO-MILITARES BRASILEIRAS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Aluno: Vanessa Gomes Sampaio

Orientador: Kai Michael Kenkel

Introdução

A interação entre civis e militares é dinâmica fundamental em qualquer sociedade. Nos países latino-americanos – marcados por momentos de instabilidade e por certa fragilidade institucional – compreender essas relações torna-se ainda mais relevante, tendo em vista que, ao longo da história, os papéis e limites de suas instituições foram, muitas vezes, precariamente definidos. Alternando momentos democráticos e autoritários, as relações entre civis e militares na região foram sofrendo mudanças significativas, em gradações distintas, de acordo com cada país.

Com a redemocratização a partir da década de 80, o Brasil passou por um processo de redefinição dessas relações, com a transição do governo militar para o civil. Foi adotado o paradigma do *controle civil*, ou seja, a idéia de que a autoridade militar deve estar submetida à autoridade civil, tendo suas prerrogativas limitadas e pré-determinadas pelo corpo civil [1]. Embora muito se tenha evoluído na temática, muitos afirmam que essa transição não foi completa, tendo em vista que os militares participaram ativamente do processo e muitas de suas prerrogativas foram mantidas [2].

Bastante diferente das relações cívico-militares internas é a interação entre civis e militares nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). À medida que o Brasil se fortalecia enquanto nova democracia, a importância do país como ator regional tornava-se crescente e novos compromissos e objetivos eram estipulados, visando a uma maior inserção no plano internacional. Uma das estratégias para essa inserção foi, justamente, a atuação do país em operações de paz patrocinadas pela ONU no pós Guerra Fria, que serviu a um só tempo como instrumento de política externa e elemento de integração dos militares à nova realidade democrática. O ápice dessa transição, sem dúvida, foi a liderança militar brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, na sigla francesa).

Objetivo, Questão e Argumento central

Considerando o exposto acima, a pesquisa teve como objetivo responder à seguinte proposição: como a participação em operações de paz alterou a perspectiva das Forças Armadas brasileiras no tocante à percepção, proteção e aplicação dos direitos humanos? Utilizando como estudo de caso a experiência no Haiti, foi analisado como a liderança da MINUSTAH repercutiu tanto nos processos de treinamento e preparo dos militares quanto no *know-how* adquirido acerca do respeito aos direitos humanos – a partir do padrão de interação cívico-militar específico das operações de paz –, alterando o (ou não) discurso da instituição no que tange a essa temática. Ainda, a pesquisa buscou entender como essa “nova missão” repercutiu na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o argumento central defendido ao longo da pesquisa foi que, através da atuação no país em conflito, os militares estiveram sujeitos às normas e princípios sustentados pelas intervenções humanitárias da ONU, que preconizam a valorização da segurança humana e o respeito aos direitos humanos. Sendo assim, as Forças Armadas teriam adquirido uma nova identidade, passando a preencher as obrigações desse papel, obrigações estas que corresponderiam ao comportamento mais adequado para a situação e atenderiam às expectativas do público. Dessa forma, a participação na MINUSTAH teria colaborado para uma mudança na imagem da instituição perante a sociedade, afastando-a cada vez mais do legado de autoritarismo e violação de direitos humanos da ditadura.

Embasamento teórico e Metodologia

Para entender a redefinição da identidade dos militares, a perspectiva teórica utilizada foi o construtivismo de Martha Finnemore (1996) [3]. A autora considera que é através das normas do sistema internacional, propagadas pelas organizações internacionais, que as identidades dos Estados e instituições são construídas. Sendo assim, ao participarem da missão no Haiti, as Forças Armadas foram influenciadas por esses princípios e normas e sua identidade foi adquirindo caracteres distintos, se adequando à nova lógica do cenário internacional e integrando em seu novo papel diferentes funções dessa “nova missão”, dentre as quais o respeito aos direitos humanos. Aos poucos, isso vai sendo internalizado pela instituição, passando a ser uma prática rotineira.

No que tange à metodologia, opta-se pelo instrumento da análise de discurso, como proposto por Jennifer Milliken (1999) [4]. O estudo irá tomar o discurso como um sistema de significação capaz de construir a realidade, se valendo da *análise de predicativos*, ou seja, da identificação do uso de advérbios, adjetivos e verbos e sua relação com os indicadores relevantes à pesquisa. No caso do presente trabalho, o principal objetivo é conseguir perceber o valor atribuído aos vocábulos “direitos humanos” a fim de constatar uma mudança de discurso ou não. Ainda, será considerada a característica dos discursos de reproduzirem elementos por eles próprios definidos, assumindo muitas vezes caráter de “verdades universais” que excluem outras identidades.

Conclusões

O presente estudo permitiu compreender como a participação dos militares brasileiros na MINUSTAH impactou o padrão de interação cívico-militar no Brasil, implicando num maior comprometimento com os valores democráticos e, principalmente, numa lógica de respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, dois pontos podem ser destacados. Primeiramente, através dessa pesquisa foi possível observar que há um *gap* profundo entre os oficiais e os soldados que participam da MINUSTAH. Recebendo desde o início um treinamento diferenciado, fica claro que os oficiais estão mais bem familiarizados com a sistemática de direitos humanos. Em segundo lugar, considerando que são os oficiais os responsáveis pela formulação doutrinária militar no país, houve um aumento no nível de profissionalização dos mesmos a partir desse treinamento diferenciado, o que vai, ao longo do tempo, provocando uma maior conscientização do corpo militar em geral acerca da importância da democracia e do respeito aos direitos humanos.

Referências

- 1 - STEPAN, Alfred. **Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1988.
- 2 - ZAVERUCHA, Jorge apud TOLLEFSON, Scott D. Civil-Military Relations in Brazil: The Myth of Tutelary Democracy. Paper prepared for delivery at the 1995 meeting of the Latin American Studies Association, The Sheraton Washington, September 28-30, 1995. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/lasa95/tollefson.html>>. Acesso em: 07 jan. 2010.
- 3 - FINNEMORE, Martha. **National Interests in International Society**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996.
- 4- MILLIKEN, Jennifer. The study of discourse in International Relations: a critique of research and methods. **European Journal of International Relations**, v.5, n.2, p. 225-254, 1999.